

A LUTA FEMINISTA NO CAMPO AGROECOLÓGICO: uma análise a partir da perspectiva decolonial

DOUGLAS ANTONIO VILAS BOAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

FLÁVIA LUCIANA NAVES MAFRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

CHRISTIANE BATISTA DE PAULO LOBATO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LAVRAS (UNILAVRAS)

Agradecimento à orgão de fomento:

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos ao longo de todo o período do mestrado de modo a possibilitar a realização da presente pesquisa.

A LUTA FEMINISTA NO CAMPO AGROECOLÓGICO: uma análise a partir da perspectiva decolonial

1. INTRODUÇÃO

Esse estudo tem como ponto de partida as experiências de mulheres que fazem parte de duas organizações do campo agroecológico, a Articulação Nacional de Agroecologia – ANA e a Associação Brasileira de Agroecologia – ABA. Trata-se de tentar entender, a partir da experiência dessas mulheres, como a temática do feminismo tem se articulado com as discussões do campo agroecológico, ou seja, como e porque as mulheres da agroecologia têm afirmado que “Sem feminismo não há agroecologia”.

Ainda que os movimentos feministas tenham obtido consideráveis conquistas sociais, políticas e econômicas, que contribuíram para melhorar a situação de muitas mulheres (CÁLAS e SMIRCICH, 1996), elas ainda hoje sofrem com situações de opressão que são dignas do período colonial. Independentemente de suas ocupações, níveis sociais e idades, a violência e a discriminação estão presentes no cotidiano feminino. No meio rural, elas também sofrem com a opressão de gênero e situação de subalternidade. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006 apenas 12,67 % dos estabelecimentos rurais eram dirigidos por mulheres (IBGE, 2006). No Censo de 2017 esse número aumentou para 19%, o que demonstra uma melhora do quadro geral em virtude das diversas lutas travadas pelas mulheres por acesso à terra e melhores condições, porém, a desigualdade ainda persiste (IBGE, 2017).

Em contrapartida, nas Américas e no Caribe elas são responsáveis por 45% da produção de alimentos, porém em média apenas 18% das fazendas são geridas por mulheres nessa mesma região (PACHECO, 2009; ONU, 2015). É importante ressaltar também que, apesar de o trabalho delas significar 50% ou mais da força de trabalho da agricultura familiar, elas ainda têm pouca visibilidade junto aos órgãos responsáveis pela elaboração e direcionamento das políticas públicas para a agricultura e para a sociedade como um todo.

Essa naturalização da condição de subalternidade da mulher na sociedade tem influências da colonialidade, que mantém as diferenças mesmo após o fim do jugo colonial. Diferente da colonização, que teve seu fim após o período colonial, a colonialidade ainda está conosco e de acordo com Maldonado-Torres (2007) dita a forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações subjetivas se articulam entre si. Grosfoguel (2008) nos ajuda a entender que o que se instaurou na América Latina, a partir da colonização, não foi somente um sistema econômico de capital e trabalho com a finalidade de obtenção de lucro no mercado mundial por meio da exploração colonial, mas sim uma estrutura de poder. O colonizador, homem branco, heterossexual, patriarcal, cristão, capitalista, militar e europeu trouxe consigo várias hierarquias globais, entre elas a que privilegia os homens relativamente às mulheres.

A opção decolonial utilizada neste estudo procura não apenas diagnosticar a colonialidade, mas também compreender possibilidades de superação da mesma. Esta colonialidade pode se estender para diversos âmbitos, como economia e política, subjetividade, conhecimento e natureza, compondo, assim, a matriz da colonialidade (MIGNOLO, 2010).

Assim, a subalternidade da mulher se mostra como a expressão da colonialidade que se institui, como afirma Maldonado-Torres (2007), em uma forma de poder que supera a relação de dominação ou poder formal entre as nações e povos. Essa nova forma de poder instituída a partir da colonização é baseada na hierarquização dos povos por meio da ideia de raça, gênero e sexo. Ela se manifesta no apagamento de relações das mulheres consigo mesmas, com seus corpos, com a natureza, com homens, organizações e instituições. A desnaturalização de tais

padrões de comportamento e de relações, partindo da perspectiva dos subalternos, é princípio para o processo de decolonização.

Apesar de a colonialidade estar tão presente e arraigada em todas as relações do nosso cotidiano e se tratar de exercícios de poder concreto, como afirma Lugones (2014), existem reações e resistências à subalternidade que nos é imposta. Dentre as manifestações desse tipo de resistência, está a agroecologia, movimento social que se opõe à hegemonia do agronegócio e do grande capital (FONTOURA e NAVES, 2016) – uma perspectiva também de denúncia e enfrentamento da colonialidade.

No âmbito do movimento agroecológico, as mulheres seriam sujeitos da própria existência e o saber subalterno valorizado. Contudo, entendemos o movimento agroecológico inserido em uma sociedade patriarcal, na qual predomina a colonialidade. Assim, é preciso desnaturalizar e dar visibilidade – como defende a perspectiva decolonial – aos processos que permeiam as conquistas das mulheres dentro desse movimento. Partindo da afirmação: “Sem feminismo não há agroecologia”, compreendida como conquista, questionamos: Como se configuram as lutas e a trajetória do feminismo no campo agroecológico?

2. METODOLOGIA

Este estudo é de natureza descritiva. Tem caráter qualitativo por ter como objetivo compreender, a partir das experiências das mulheres que fazem parte da coordenação da ANA e da ABA, as lutas e a trajetória do feminismo no campo agroecológico. A pesquisa documental foi usada, principalmente, na contextualização da trajetória do feminismo no campo agroecológico. Os principais documentos utilizados foram: as cartas políticas dos quatro Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA) e a Carta das Mulheres ao III ENA. A escolha dos documentos se deu, principalmente, por indicação das próprias entrevistadas. Também se utilizou da pesquisa bibliográfica pois não foi possível proceder a contextualização apenas por meio das entrevistas. Foram selecionados, principalmente, artigos e livro que narram a aproximação entre movimento de mulheres e movimentos ecológicos.

As entrevistas foram realizadas por Skype® e com base em um roteiro semiestruturado. O roteiro foi utilizado como norteador, porém a ordem dos questionamentos dependia do caminhar da conversa. É importante destacar que as entrevistadas não são representativas do conjunto de mulheres que estão no movimento agroecológico e nem expressam uma tendência. Porém, acredita-se que são importantes para elucidar algumas questões que em geral as mulheres enfrentam quando se dispõem a atuar como sujeitos políticos nesse meio. As entrevistas foram utilizadas na contextualização da trajetória do feminismo no campo agroecológico bem como na discussão das categorias analíticas. Todas foram gravadas e posteriormente transcritas para se proceder com a análise.

Para preservar a identidade das mulheres que fizeram parte da pesquisa, foram utilizados os seguintes nomes fictícios. Heloisa, Benedita e Luzia fazem parte da coordenação da ANA assim como do Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA (GT Mulheres da ANA). Maria faz parte da ABA. Essas mulheres contribuíram muito para a pesquisa pois fazem parte de organizações do campo agroecológico e estão em contato com o movimento do feminismo na agroecologia, tendo acompanhado a evolução desse debate.

Para acesso às entrevistadas foi utilizada a amostragem em bola de neve. Segundo Vinuto (2014), o pontapé inicial na realização desse tipo de amostragem em pesquisas qualitativas se dá com a seleção de documentos ou informantes-chaves, chamadas de *sementes*, com a finalidade de localizar pessoas, dentro da população geral, com o perfil necessário para a pesquisa. Assim, as sementes auxiliam o pesquisador a iniciar contatos, em seguida, pede-se

que essas pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas e assim sucessivamente.

A técnica utilizada no tratamento dos dados das entrevistas foi a Análise de Conteúdo, amplamente utilizada em pesquisas qualitativas na área de administração. De acordo com Bardin (2010, p. 42), consiste em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Mulheres na agroecologia

Embora sua participação nem sempre seja reconhecida, frequentemente as mulheres trabalhadoras rurais se mostram presentes nas lutas sociais dos agricultores brasileiros. Até a década de 1980 a forma de inserção das mulheres nos movimentos sociais rurais foi por meio da participação de seus maridos ou mesmo de outros familiares e, somente quando esses faleciam, é que elas assumiam os cargos de liderança que eles ocupavam. Porém, o reconhecimento era direcionado aos homens e não à esposa (SILIPRANDI, 2015).

Elas são parte ativa do modo de produção familiar, no entanto, não participam dos processos de tomada de decisão sobre as atividades e seu trabalho muitas vezes não é reconhecido e nem remunerado. O indivíduo considerado representante da família perante instituições e dentro dos sindicatos é o homem, ele é o sujeito político e social. O trabalho dos homens é constitutivo de identidade e autoridade, enquanto o das mulheres é invisível, não remunerado e portanto, negado socialmente. Atualmente, 67,9% das mulheres que trabalham na agricultura estão sob o status de esposa e não em seu próprio nome (PRÉVOST; ESMERALDO; GUÉTAT-BERNARD, 2014).

Tanto a agroecologia quanto a agricultura familiar sempre tiveram a participação das mulheres. Porém, o trabalho feminino não tem tido sua real contribuição considerada. Nesse sentido, é preciso afirmar que não existe agroecologia sem feminismo, pois são justamente as mulheres que ocupam posições centrais e sustentam vários tipos de resistência ao modelo convencional de produção agrícola, com a organização de movimentos sociais agroecológicos e práticas associativas de produção (FERREIRA, 2016).

Estudos mostram que, muitas vezes, são as próprias mulheres que tomam a frente e iniciam a “conversão” da propriedade rural para sistemas sustentáveis e que isso se deve ao fato delas estarem mais envolvidas com propostas que abordam a saúde e a alimentação das famílias. Entretanto, quando o empreendimento começa a gerar resultados positivos, o homem passa a comandar as atividades. Esse fato faz com que as contribuições das mulheres à construção da agroecologia não sejam reconhecidas (SILIPRANDI, 2015). No Brasil, os movimentos de mulheres estiveram presentes desde os primeiros encontros entre movimentos sociais rurais, ONGs do campo agroecológico e entidades sindicais, ocorridos no final dos anos 1990, que tiveram como finalidade discutir a necessidade de se criar uma articulação nacional do campo agroecológico. Quando ocorreu a criação da ANA em 2002, essas mulheres já vinham de experiências organizativas distintas (SILIPRANDI, 2015).

A ANA tem se mostrado um agente importante para o fortalecimento da relação mulheres e agroecologia. Na Carta Política, documento de sua fundação, a Articulação tem se definido como uma rede autogestionária e declara que para o alcance da sustentabilidade da produção agroecológica familiar, a igualdade de gênero é uma condição essencial. Também há uma proposta de que as políticas públicas voltadas à agroecologia abarquem as demandas específicas das mulheres (SILIPRANDI, 2009).

Em 2004 foi criado (GT Mulheres da ANA) durante um seminário nacional que reuniu organizações feministas, de mulheres rurais e do campo agroecológico para refletir sobre os diálogos entre feminismo e agroecologia. Desde sua criação, esse GT adota uma estratégia ancorada em duas linhas de ações complementares: incorporar o debate de gênero em todas as instâncias nacionais e regionais da ANA bem como junto a outros GTs da Articulação e busca pela intervenção nos espaços de formulação de políticas públicas, buscando valorizar as experiências que as mulheres desenvolvem nos diferentes contextos socioambientais do país. Esse GT se configura então como um espaço de auto-organização das mulheres na ANA, demonstrando a necessidade de mobilizá-las para que possam atuar de forma efetiva no enfrentamento das desigualdades de gênero na sociedade e da situação de exclusão nos debates e na esfera política (CARDOSO e RODRIGUES, 2009).

Como se pode notar, as mulheres se configuram como atores sociais importantes para o campo agroecológico, promovendo mudanças sociais, questionando preconceitos, disputando lugar com homens nas organizações, se organizando de maneira autônoma, em movimentos próprios, entre outras ações. Elas lutam para que sejam reconhecidas como sujeito políticos, não somente por parte do Estado, mas também em suas comunidades, em suas casas e em suas vidas (SILIPRANDI, 2015; JAIL, 2013).

3.2. Contribuições do feminismo decolonial

Como já ressaltado, a naturalização da condição de subalternidade da mulher na sociedade se mostra como a expressão da colonialidade, que mantém as diferenças mesmo após o fim do jugo colonial. Com a colonização tem-se início então uma nova forma de poder, a colonialidade do poder, que pode ser entendida como resultado do colonialismo moderno e institui-se em uma forma de poder que supera a relação de dominação ou poder formal entre nações e povos. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça¹, que, na América, foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista (MALDONADO-TORRES, 2007; QUIJANO, 2005).

Em conformidade com a escolha ontoepistêmica que norteou esse estudo, a noção de poder adotada no mesmo considera que:

Poder é o espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controle dos seguintes meios de existência social: 1) o trabalho e os seus produtos; 2) [...] a 'natureza' e os seus recursos de produção; 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjetividade e os seus produtos, materiais e intersubjetivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças (QUIJANO, 2014, p. 76).

A distinção entre colonialismo e colonialidade é essencial. O colonialismo diz respeito à uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo reside no poder de outro povo ou nação. A colonialidade seria então um padrão de poder que emerge do colonialismo

¹ Este trabalho adota o conceito de raça definido por Quijano (2005), em conformidade com escolha ontoepistêmica que norteou esse estudo.

moderno. Mas ela não está limitada a uma relação formal entre povos, mas se refere a forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações subjetivas se articulam entre si por meio do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Dessa forma, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, essa sobrevive a ele. A colonialidade se mantém viva em manuais de aprendizagem, nos critérios para um trabalho acadêmico de qualidade, na cultura, no senso comum, na imagem que temos dos povos e em vários outros aspectos da nossa experiência moderna. Em outras palavras, respiramos a colonialidade na modernidade², cotidianamente (MALDONADO-TORRES, 2007).

Assim, a superação da colonização não implica na superação da colonialidade. O maior mito do século XX é a noção de que a eliminação das administrações coloniais implicaria a descolonização do mundo, mas, apesar da erradicação dessas administrações, os povos não-europeus continuam a viver sob a exploração e dominação europeia/euro-americana. As múltiplas e heterogêneas estruturas globais persistiram e ainda vivemos sob a mesma “matriz de poder colonial” e passamos a viver não mais um “colonialismo global”, mas uma “colonialidade global” (GROSFOGUEL, 2008; LUGONES, 2014).

A base do poder colonial está no dualismo entre corpo e não corpo, racional/irracional, europeu/índio. Para legitimar a dominação, os índios e negros tiveram sua humanidade negada, eram considerados inferiores, irracionais. Esse novo e radical dualismo não afetou somente as relações raciais de dominação, mas também a mais antiga, as relações sexuais de dominação. Daí em diante, o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza ou como no caso das escravas negras, dentro da natureza (QUIJANO, 2005).

Enquanto o termo descolonial remete à ideia de que se vive em um mundo descolonizado ou pós-colonial após a extinção do colonialismo politicamente estabelecido (MALDONADO-TORRES, 2007) a decolonialidade “alude e procura transcender a colonialidade que permanece se reproduzindo mesmo com o fim do colonialismo” (NESKE, 2014, p. 30).

Assim, se mostra necessário um movimento que vá além do pós-colonialismo, que implica um deslocamento, uma mudança de pós-colonial (depois do colonial) rumo a uma direção decolonial (além do colonial). A proposta decolonial é justamente romper com essa episteme sediada no Norte. Um projeto de decolonização e libertação anticapitalista não pode ser reduzido a uma única dimensão da vida social, mas é preciso uma transformação mais ampliada das hierarquias sexuais, de gênero, espirituais, epistêmicas, econômicas, políticas, linguísticas e raciais (PALUDI et al., 2016; GROSFOGUEL, 2008).

O conceito de sistema moderno colonial de gênero de Lugones (2014) nos ajuda a questionar as dicotomias hierárquicas que o poder colonial instituiu. Poder esse que coloca a mulher colonizada como inferior, subordinada até mesmo ao homem colonizado. A autora denuncia então a imposição colonial moderna de um sistema de gênero opressivo, racialmente diferenciado, permeado pela lógica moderna da dicotomização. A intenção dela é propor o sistema colonial de gênero como uma:

[...] lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. Isso me permite buscar organizações sociais nas quais pessoas

² Segundo a opção decolonial, a modernidade é um fenômeno que se inicia com a colonização das Américas pela Espanha e Portugal no século XVI. A modernidade não é um processo ou período histórico no qual a Europa atingiu sua hegemonia mundial, e sim uma narrativa de um período histórico, uma autoafirmação de si mesma como centro do mundo (MIGNOLO, 2003, 2008).

têm resistido à modernidade capitalista e estão em tensão com esta lógica (LUGONES, 2014, p.935).

Para a mesma autora, a colonialidade do poder está intimamente ligada à colonialidade de gênero:

Ao pensar a colonialidade do gênero, eu complexifico a compreensão do autor (Quijano) sobre o sistema de poder capitalista global, mas também crítico sua própria compreensão do gênero visto só em termos de acesso sexual às mulheres. Ao usar o termo *colonialidade*, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação [...] (LUGONES, 2014, p.939).

A hierarquia dicotômica entre humano e não humano, dicotomia central da modernidade colonial, tornou-se a marca do humano e a marca da civilização, assim, só os civilizados são homens ou mulheres. Esse processo de desumanização das pessoas torna as mulheres colonizadas em não-mulheres. Isso porque o sistema de gênero é não só hierárquico, mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas (LUGONES, 2014).

A colonialidade do gênero “são exercícios de poder concretos, intrincadamente relacionados, algum corpo a corpo, alguns legalistas, alguns dentro de uma sala onde as mulheres indígenas fêmeas-bestiais-não-civilizadas são obrigadas a tecer dia e noite” (LUGONES 2014, p. 948). Mas precisamos entender que a resistência à colonialidade de gênero não é o fim ou a meta da luta política, mas sim o seu começo. Assim, é preciso reconhecer que em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos diferentes do que o hegemônico nos torna. A decolonização de gênero é uma práxis, ou seja, é decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vívida do social. Dessa forma a colonialidade do gênero é a análise da opressão de gênero racializada capitalista e a possibilidade de superar a colonialidade do gênero é chamado de feminismo decolonial. A tarefa feminista decolonial se inicia com a própria mulher percebendo a diferença colonial e resistindo enfaticamente ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la (LUGONES, 2014).

A opção decolonial parte do pressuposto de que o sujeito fala sempre a partir de um determinado lugar situado nas estruturas de poder, hierarquizado em classe, gênero, raça, etc. (GROSFOGUEL, 2008), e considera como estratégia adotada para classificar e rebaixar povos e regiões do mundo a diferença colonial. “Na “/” [barra] que une e separa modernidade e colonialidade, cria-se e estabelece-se a diferença colonial. Não a diferença cultural, mas a transformação da diferença cultural em valores e hierarquias: raciais e patriarcais, por um lado, e geopolíticas, pelo outro” (MIGNOLO, 2013, p. 24). Ao ver essa diferença colonial a mulher se torna capaz de ver o mundo de outra forma, de ressignificá-lo e renová-lo e assim, então, passar a exigir de si mesma abandonar o seu encantamento com “mulher”, o universal, para assim começar a aprender com outras mulheres, companheiras de luta, que também resistem à diferença colonial (LUGONES, 2014).

Ao focar naquele/a que resiste situado/a na diferença colonial, a intenção é revelar o que se encontra encoberto. Ao contrário de pensar o sistema global capitalista colonial como exitoso em todos os sentidos na destruição dos povos, relações, saberes e economias, devemos pensar o processo como sendo continuamente resistido e resistindo até hoje. A transcendência

da diferença colonial só pode ser feita desde uma perspectiva de subalternidade. É nas histórias de resistência na diferença colonial onde as mulheres devem residir, aprendendo umas sobre as outras (LUGONES 2014).

Lugones (2014, p.949) ressalta que:

Não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento. Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista. O passar de boca em boca, de mão em mão práticas, valores, crenças, ontologias, tempo espaços e cosmologias vividas constituem uma pessoa.

Não podemos dizer, entretanto, que a imposição de um modelo colonialista sobre os países do Terceiro Mundo é a fonte de todas as violências ambientais e de gênero, pois o processo de desenvolvimento capitalista se deu sobre bases preexistentes de desigualdade sociais e econômicas, inclusive de gênero (GARCÍA, 1999). Em outras palavras, não se pode afirmar que todas as opressões vividas pelas mulheres sejam fruto do colonialismo, pois antes mesmos desse, as opressões de gênero se faziam presentes. Entretanto, com a colonização essa relação se intensifica, ao se estabelecer, segundo Grosfoguel (2008), uma hierarquia global que privilegia os homens relativamente às mulheres e o patriarcado europeu relativamente a outros tipos de relação entre os sexos. O feminismo decolonial busca superar essa situação e descolonizando gênero, superando a colonialidade do gênero.

Dessa forma, defendemos que o feminismo agroecológico pode ser entendido como decolonial, tendo em vista que busca a superação da subalternidade da mulher no campo agroecológico. Ao afirmar que sem feminismo não há agroecologia as mulheres chamam atenção da importância e urgência de se reconhecer e valorizar o conhecimento feminino na agroecologia. Assim, as mulheres do movimento agroecológico têm resistido e buscado superar a colonialidade cotidianamente.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Evolução do debate feminista no campo agroecológico

Passaremos à análise da origem e evolução do debate feminista no campo da agroecologia. A proposta é investigar, por meio da pesquisa documental e das entrevistas, como este debate surge, quais as características que assume e como foi evoluindo com o tempo. No Brasil, o início do que viria a ser o feminismo agroecológico acontece por meio das discussões acerca de gênero na agricultura familiar. Em 1996, com a organização da Sempreviva Organização Feminista - SOF, são realizadas oficinas reunindo mulheres que participavam do movimento de trabalhadoras rurais e que discutiam o conceito de gênero e outros homens e mulheres que faziam parte do movimento sindical e que discutiam o conceito de agricultura familiar. A primeira delas, a Oficina Relações de Gênero na Agricultura Familiar, foi realizada no Horto Florestal, em São Paulo, em 1996, promovida pela SOF e pela Recopa - Rede de Comercialização de Pequenos Agricultores Associados, contando com o apoio da Cese – Coordenadoria Ecumênica de Serviços e do Ceris – Centro de Estatística Religiosa e de Investigações Sociais. A finalidade era construir um caminho para aproximar as discussões de gênero da agricultura familiar (NOBRE et al., 1998).

Essas discussões duraram mais de um ano, no final foi realizado o Seminário “Relações de Gênero na Agricultura Familiar”, em maio de 1998, em São Paulo. (NOBRE et al., 1998). Durante esse processo a SOF foi procurada para auxiliar algumas ONGs do Fórum Sudeste da Rede PTA na tarefa de incorporar gênero em seus debates. Essa rede PTA era composta por organizações que trabalhavam com o objetivo principal de promoção da agroecologia. Algumas oficinas sobre gênero e agricultura familiar foram feitas e se trabalhou a questão da divisão sexual do trabalho, da ausência das mulheres dos espaços públicos e da subordinação das mulheres. Durante as discussões ficou evidente, para os envolvidos, que não era apenas uma incorporação técnica de gênero, mas sim uma questão política e de relações de poder.

Percebeu-se a importância para as mulheres de criar vínculos entre as técnicas, as agricultoras e as mulheres que faziam parte da área administrativa das ONGs, para que elas tivessem uma maior apropriação desse processo de discussão acerca de gênero e agroecologia no âmbito das ONGs que faziam parte da rede PTA. A partir de 1998 se inicia uma articulação de mulheres, no âmbito da rede PTA Sudeste, envolvendo nove entidades que trabalhavam com agroecologia. Assessoradas pela SOF foram realizados três encontros de troca de experiências e de reflexão (1998, 2000 e 2001) que tiveram como ponto central discutir a problemática da agricultura familiar sob o enfoque de gênero. As entidades assumiram um compromisso de não apenas discutir o papel das mulheres na agroecologia mas avançar no sentido de um real empoderamento das mulheres rurais (SILIPRANDI, 2015).

Essa articulação de mulheres se transformou no Grupo de Trabalho de Gênero, o GT Gênero, da rede PTA Sudeste. Numa reflexão sobre o campo agroecológico, as participantes chegaram à conclusão que havia muita desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres nas próprias organizações que trabalhavam com agroecologia. As mulheres não ocupavam os postos administrativos e quando eram técnicas de campo estavam em posições com menor poder de decisão. Também perceberam que muitas vezes agricultores reconhecidos por suas experiências, apresentados como exemplos de sucesso, em casa eram violentos com as mulheres. As mulheres do GT avaliavam que, ao não reconhecer as desigualdades, as organizações do campo agroecológico que compunham a rede acabavam reforçando-as.

No GT Gênero da rede PTA Sudeste foram realizadas as primeiras aproximações, empíricas e teóricas dos elementos de gênero na agroecologia. Esse grupo de trabalho foi importante na preparação e articulação para o primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). Como o ENA foi organizado em grupos de discussão temáticos, as mulheres do GT gênero propuseram e ressaltaram a importância que um dos grupos fosse de gênero. A importância desse grupo no ENA é grande tendo em vista que os ENAs sempre foram grandes processos de mobilização do campo agroecológico, do movimento agroecológico no Brasil (ANA, 2018).

O primeiro ENA aconteceu em 2002, na cidade do Rio de Janeiro, 1.100 pessoas participaram, entre eles produtores e produtoras familiares, membros e representantes de entidades sindicais, associações e movimentos sociais (agricultores, criadores, pescadores, extrativistas, quilombolas e indígenas), profissionais de organizações governamentais e não governamentais e estudantes. Do total de participantes, por volta de 70% eram trabalhadores e trabalhadoras rurais. Porém não houve a preocupação com a cota de mulheres, assim, a realidade desse evento foi uma participação feminina inferior a 30% dos participantes, e em todas as mesas, nos espaços de maior visibilidade, havia somente uma mulher participando. As reuniões dos grupos temáticos desse primeiro ENA eram realizadas ao mesmo tempo, assim, todas as mulheres que discutiam gênero estavam no grupo de gênero. Então, todas as outras discussões estavam sendo realizadas sem a presença feminina. Assim, foi necessária uma intervenção onde as mulheres saíram em missão aos demais grupos com o intuito de pontuar a necessidade de colocar o enfoque de gênero nos demais temas.

O GT – Gênero do Fórum Sudeste da Rede PTA, conjuntamente com outras entidades, promoveu um seminário cujo nome foi “Construindo um Diálogo entre Feminismo e Agroecologia”, realizado em Mario Campos, MG, em 2004. Foi um momento de reflexão e avaliação do próprio ENA, apontando as dificuldades de se abordar gênero e agroecologia dentro de algumas redes que faziam parte da ANA. Alguns pontos foram levantados, primeiro que a incorporação de gênero nas ações das entidades acontecia “sem o acúmulo do movimento feminista”. Segundo que, em nome da cultura local, as relações tradicionais entre homens e mulheres eram enaltecidas. Terceiro, que se enaltecia também a relação mulher/natureza, mantendo assim as mulheres no lugar subordinado que lhes era imposto tradicionalmente (SILIPRANDI, 2015). Nesse mesmo seminário, as mulheres discutiram a possibilidade de criação de um GT de gênero no âmbito da ANA. Decidiu-se por solicitar à coordenação da ANA (formada no final do primeiro ENA) a formalização de um Grupo de Trabalho permanente para tratar das questões de gênero dentro da Articulação. Posteriormente, as mulheres integrantes perceberam que se configurava, na realidade, como um espaço de auto-organização das mulheres da ANA (SILIPRANDI, 2009).

Desde sua criação, o grupo GT Mulheres da ANA tem construído reflexões a partir das mulheres na agroecologia, sobre a importância do empoderamento feminino e a importância do feminismo para que as mulheres mudem o quadro de desigualdades vivenciado por elas. O grupo também tem sido um espaço de incidência nas políticas públicas de maneira organizada, além de realizar uma sistematização do trabalho das mulheres na agroecologia. Essa sistematização envolvendo experiências da região Nordeste, Sul e Amazônica permitiu ao GT refletir acerca do papel das mulheres na agroecologia e sobre a agroecologia na vida das mulheres.

Como no primeiro ENA o total de mulheres participantes foi inferior a 30%, o GT mulheres da ANA também se mobilizou de modo que para os próximos encontros fosse estipulado uma cota de 50% de participantes mulheres. No segundo ENA, em 2006, realizado em Recife, essa cota foi cumprida, pois o evento alcançou a participação de 54% de homens e 46% de mulheres (ANA, 2006). Já o terceiro ENA, realizado em maio de 2014, na cidade de Juazeiro – Bahia, novamente, o público majoritário foi de trabalhadores e trabalhadoras rurais, tendo também atingido participação paritária entre homens e mulheres (ANA, 2014).

Foi neste terceiro encontro que as mulheres, percebendo a falta de espaço e visibilidade feminina nos eventos e no campo agroecológico como um todo, afirmaram que “Sem Feminismo não há agroecologia”. É importante ressaltar que ela não surgiu nesse encontro, mas foi a partir daí que ela se fortaleceu. Benedita relata isso de forma bem clara:

(...) foi bem forte assim, apareceu isso né, do feminismo com agroecologia, então, eu falo assim que teve um percurso né, entre gênero e agricultura familiar que era na verdade, categorias descritivas né, claro que são descritivas a partir de um ponto de vista, mas até a gente explicitar uma posição política de projeto de construção que tá no feminismo e agroecologia.[...] olha, eu, fiquei muito impressionada lá no ENA, porque assim, eu tava meio voltando, eu tava meio ‘dessintonizada’ ali, quando apareceu essa ideia de colocar como lema do ENA “Sem feminismo não há agroecologia” (...) (Benedita)

No quarto ENA, realizado em Belo Horizonte (MG), em 2018, foram mantidos os critérios de no mínimo 70% de agricultores e agricultoras familiares, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais, além de pelo menos 50% de mulheres, como critérios estabelecidos nos eventos anteriores e defendidos pela própria ANA (ANA, 2018). Neste quarto encontro, que teve como lema “Agroecologia e Democracia Unindo o campo e a cidade”, as mulheres

voltaram a reafirmar seu lema “Sem Feminismo não há Agroecologia”, demonstrando que o feminismo diz respeito à ideia de que as mulheres são gente e que não é possível fazer agroecologia sem considerar suas vidas, experiências e trabalhos produtivos e reprodutivos (ANA, 2019).

4.2. Lutas feministas no campo agroecológico

Agora passaremos à discussão a respeito das lutas que as mulheres têm travado na tentativa de superação das desigualdades enfrentadas. A rígida divisão sexual do trabalho se configura como um dos fatores que impede as mulheres de participarem dos espaços de poder. Essa divisão, onde todo o trabalho doméstico fica para as mulheres, faz com que elas tenham dificuldades enormes de participar de coletivos e de eventos onde possam apresentar suas experiências. Isso porque elas enfrentam uma dupla jornada de trabalho, executando tarefas no roçado e em casa, não sobrando tempo para participar de reuniões e coletivos de mulheres. O que ocorre, muitas vezes, é que os homens passam então a representá-las nos eventos, mesmo que elas sejam as responsáveis pela experiência agroecológica. Além disso, quando as experiências agroecológicas delas começam a dar certo são eles quem tomam a frente.

(...) essa realidade de ausência das mulheres, por exemplo dos espaços públicos, principalmente dos espaços da agricultura familiar que eu estava trabalhando né, a situação de subordinação das mulheres né, essa divisão sexual do trabalho injusta, onde todo trabalho doméstico fique para as mulheres né, então assim, os depoimentos muito duros né, porque foram feitas entrevistas, entrevistaram várias mulheres e eu vi uns depoimentos duros, duros mesmo, de uma mulher que dizia assim olha “eu rezo todos os dias pro meu marido morrer” (...). (Heloisa)

Como afirma Castro e Machado (2016), a luta do feminismo também deve ser contra o patriarcado, ou seja, contra um sistema de dominação baseado na divisão do trabalho e na divisão sexual do trabalho da sociedade de classes. O capitalismo incorporou o patriarcado como estruturante das relações sociais, aprofundando a divisão sexual do trabalho, fortalecendo uma divisão de tarefas entre uma esfera pública e outra privada, sendo a primeira considerada como o lugar onde se dá a produção e a segunda, a reprodução. O patriarcado enquanto regime de poder que institui o homem branco heteronormativo como regra, atribui ao homem o poder sobre todas as coisas, incluindo as mulheres e as crianças (CASTRO e MACHADO, 2016). Os homens exercem, assim, o controle sobre a vida das mulheres, a eles é dado o direito de decidir sobre a vida delas. Essa subordinação feminina se intensifica com a colonialidade, ao se estabelecer, uma hierarquia global que privilegia os homens relativamente às mulheres (GROSFOGUEL, 2008).

A análise das entrevistas demonstra também a existência de uma desvalorização do conhecimento das mulheres agricultoras. Os maridos, muitas das vezes, não levam a sério quando as mulheres começam a experimentar práticas agroecológicas na propriedade. Os piores espaços de cultivo são destinados a elas. Há casos em que homens jogam agrotóxico em cultivos agroecológicos realizados por elas. Isso ocorre, pois, como aponta Lugones (2014), os conhecimentos, as relações e valores, as práticas ecológicas, econômicas e espirituais desenvolvidas pelas mulheres são constituídos em oposição a uma lógica dicotômica, hierárquica e “categorial”. Por estar em oposição a essa lógica é que essas mulheres enfrentam tanta oposição dos maridos. Mas, não apenas dos maridos, a comunidade, a família, o governo

e a sociedade não reconhecem esse conhecimento em função da epistemologia que domina nossas sociedades.

Institucionalizando a raça como sistema de classificação social dos povos, instaurou-se a posição privilegiada na produção do conhecimento, gerando a colonialidade do saber, que se refere à epistemologia na produção do conhecimento, estabelecendo o eurocentrismo como perspectiva hegemônica na sua produção, descartando a produção intelectual de outros povos, atribuindo a elas o caráter de tradição e nunca ciência, uma vez que os julgavam incapazes de pensar (LANDER, 2005).

A opressão também se manifesta por meio do controle sobre o tempo das mulheres, devido, em grande parte, a divisão sexual do trabalho que faz com que as mulheres tenham uma dupla jornada. Em muitos casos os maridos não proíbem diretamente a participação das mulheres em instâncias de debate ou organização, mas só podem ir depois de realizar todas as tarefas domésticas e trabalhar no roçado junto com o companheiro, no final das contas elas não conseguem conciliar tudo.

(...) tem essa coisa da desqualificação do conhecimento das mulheres, é, do controle sobre o tempo delas, da enorme sobrecarga de trabalho, dessa ideia de que ela não é um sujeito próprio, mas que a vida dela é em função do outro e da família (...) no movimento sindical por exemplo que tem uma, tem muitas barreiras, muitas restrições para que as mulheres é, mais velhas, com filhos e tal, estejam participando né, por que tem essa coisa muito forte do controle sobre o tempo das mulheres, do tipo, você só pode, aquela coisa da, da gata borralheira né, você pode ir no baile depois de ter lavado a roupa, posto a lenha, limpado a casa né (Benedita).

As mulheres também enfrentam situações de violência no âmbito doméstico. As mulheres da Plenária Nacional do terceiro ENA denunciaram a forma como a violência sexual e o assassinato de mulheres do campo são usadas para desestruturar as comunidades e abrir caminho para a ofensiva capitalista sobre os territórios (ENA, 2014). Essa é uma dura realidade da sociedade brasileira onde cerca de 1,23 milhão de mulheres foram vítimas de algum tipo de violência entre 2010 e 2017 – das quais mais de 37 mil foram mortas nesse mesmo período (GALVANI, 2019). Esses números demonstram que, aproximadamente, uma mulher sofre algum tipo de violência a cada três minutos, e uma é morta a cada duas horas.

(...) também na história da violência, porque também esse é um outro debate que a gente fez bastante, ou seja, é impossível agroecologia com violência, né, então, se é violento não é agroecológico, então assim, uma coisa que a gente ainda tá construindo (...) Então tinha um lema até muito das meninas do Rio Grande do Norte né, que diz assim “a agroecologia não pode ser irrigada com o sangue das mulheres” né, isso não é agroecológico, a violência não é agroecológica, não é solidária né, é, então, não é sustentável, né. (Heloisa)

A violência está relacionada com o controle dos corpos das mulheres exercido pela colonialidade. Quijano (2005) nos ajuda a entender isso ao se estabelecer a relação mulher/natureza. Para esse autor o poder colonial, ao impor um dualismo entre corpo e não corpo, humano e não humano resultou que o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das escravas

negras, dentro da natureza. Ser relacionado com a natureza é ser colocado como inferior na hierarquia colonial, as mulheres colonizadas foram colocadas como inferiores, passíveis de serem exploradas, não tendo domínio sobre o próprio corpo.

As lutas feministas na agroecologia e no campo de uma forma geral, buscam mudar essa situação de subalternidade vivenciada pelas mulheres, conquistando mais liberdade e autonomia para elas. Segundo Siliprandi (2015), essas lutas também têm como foco reconfigurar as relações de gênero no âmbito da família e da sociedade. Na análise das entrevistas, percebe-se o reconhecimento da agroecologia como um modelo mais justo para as mulheres. Apesar disso, como vimos, as desigualdades de gênero também estão fortemente presentes nas experiências agroecológicas. Por isso, as mulheres precisam exercer resistência para que possam conquistar espaços de poder que são historicamente ocupados, quase que exclusivamente, por homens. Diversas lutas foram e são necessárias para enfrentar ofensivas machistas e conquistar esses espaços. A seguir analisaremos alguns momentos citados pelas entrevistadas onde as mulheres do movimento agroecológico tiveram que elaborar resistência com o objetivo de conquistar direitos bem como rebater ofensivas que desqualificavam o debate feminista na agroecologia.

Um primeiro momento de luta foi durante o primeiro ENA, realizado no Rio de Janeiro, em 2002. As mulheres correspondiam a uma parcela menor que 30% do total de participantes do evento, enquanto no campo elas são responsáveis por mais da metade das experiências agroecológicas. Por meio da organização das mulheres, a ANA estipulou que a partir do segundo ENA haveria uma cota de no mínimo 50% de mulheres. Heloisa relata isso no seguinte trecho:

(...) desde o II Encontro Nacional de Agroecologia, que eu falei que o primeiro tinha menos de 30% de mulheres, a gente conseguiu que, que a ANA estipulasse uma conta de 50%, porque a gente dizia assim, olha não é justo que tenha menos de 30% de mulheres porque 50% das experiências agroecológicas são das mulheres. Porque assim né, a base das experiências agroecológicas no Brasil é a agricultura familiar, não tem agricultura familiar sem mulher (...). (Heloisa)

Outra luta foi a elaboração de uma carta política em resposta a uma declaração machista de um agente importante do movimento agroecológico, reconhecido, inclusive, por ter produzido escritos relevantes sobre agroecologia. Ele manifestou incomodo com a livre utilização com que o termo agroecologia tem sido usado no Brasil e defendeu que deveria se ter mais vigilância epistemológica. Utilizou o argumento de que “se defendermos que a Agroecologia tem suas bases nas culturas indígenas e no campesinato (historicamente patriarcal e capitalista), a frase não existe agroecologia sem feminismo não se sustentaria”. As mulheres que participam do movimento agroecológico responderam a esse posicionamento criticando e questionando se a agroecologia deseja continuar cega ao que acontece no campo e na sociedade em relação às mulheres ou se será coerente com seus propósitos de redesenhar os agroecossistemas levando em consideração todas as dimensões, incluindo a de gênero.

Grosfoguel (2008, p. 04) nos ajuda a entender essa questão, para ele “o fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa necessariamente que pense epistemicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno”. Justamente porque levar os sujeitos socialmente situados do lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles situados em posições dominantes é o êxito do sistema-mundo colonial/moderno.

Inicialmente, causa estranheza que ao postular a consigna “Sem Feminismo não há Agroecologia” ocorra esse tipo de enfrentamento dentro do movimento agroecológico, haja vista que desde o primeiro ENA e em textos de alguns atores reconhecidos no âmbito do

movimento, a questão da igualdade de gênero aparece como um dos preceitos necessários para o desenvolvimento da produção agroecológica familiar sustentável. Aparentemente, muitos defendem apenas uma incorporação técnica de gênero, ou seja, apenas que tenham mulheres participando em questão de números, mas não que os aportes teóricos do feminismo, que permitem questionar as desigualdades e opressões de gênero e lutar pelo empoderamento feminino, sejam aceitos, justamente por terem como objetivo colocar as mulheres em espaços de poder, ameaçando a hegemonia masculina nesses espaços. A fala de Benedita é ilustrativa sobre essa questão:

(...) o feminismo é uma palavra tão carregada né, do seu sujeito político de transformação, é uma palavra tão política né, então como se isso colocasse, se juntar com agroecologia tira a pureza da ciência né, então, acho que era justo naquele momento de querer delimitar o que é a ciência da agroecologia, bem naquele momento que começa a ter recursos pra agroecologia, que você quer deixar aquela palavra pura e limpa aí vem esse sujeito político feminismo sujando (...). (Benedita)

Outro momento de resistência foi durante a primeira Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, ocorrida em 2011, onde as mulheres se mobilizaram para que a chamada pública de ATER-Agroecologia do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA fosse publicada com pelo menos 50% de atendimento às mulheres e 30% dos recursos específicos de ATER para mulheres e 30% das técnicas mulheres, em toda a ATER no Brasil. Essa luta foi comprada pelo próprio GT Mulheres da ANA e pelos movimentos articulados no GT. Houve enfrentamento dentro da própria ANA contra essa proposta, bem como de alguns agentes importantes do movimento agroecológico. Foi necessário elaborar uma carta política, tornar pública essa resistência para que a demanda das mulheres fosse incorporada na proposta. Graças a essa resistência, a chamada pública da ATER-Agroecologia, ocorrida em 2013, saiu exatamente como as mulheres reivindicaram. A fala de Heloisa relata um pouco disso:

(...) A gente tem enfrentamento dentro da própria ANA em relação a essa proposta nossa, bom, e também, né, incidência na própria subcomissão temática de mulheres né, na diretoria de mulheres do Ministério do Desenvolvimento Agrário né, então foram bastantes espaços de incidência (...)

Apesar desse quadro vivenciado por elas, como afirma Siliprandi (2015), as mulheres na agroecologia estão demonstrando com sua própria ação que é possível resistir, denunciar e organizar-se, construindo-se enquanto sujeitos, que não se conformam com o destino “injusto e amargo” reservado por elas no patriarcado. Elas têm travado lutas por participação, contra a violência, por políticas públicas que abarquem suas demandas, para serem ouvidas, entre outras tantas. Essas lutas têm sido construídas principalmente por meio da organização em coletivos, junto com outras companheiras de luta.

5. CONCLUSÕES

Com a análise das entrevistas e com base em outras pesquisas já realizadas, pôde-se perceber que, apesar de grande parte das experiências agroecológicas serem desenvolvidas por mulheres, as desigualdades de gênero se reproduzem também no campo agroecológico. É

justamente por esse motivo que as mulheres têm bradado que “Sem feminismo não há agroecologia”. Sem os aportes teóricos trazidos pelo feminismo e sem a militância das mulheres do movimento feminista não será possível que a agroecologia se concretize, de fato, como um modelo de agricultura que possa promover a justiça socioambiental para o campo. Nota-se também que ainda existe muita desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres nas próprias organizações que trabalhavam com agroecologia. As mulheres criaram esse slogan para chamar atenção para as desigualdades e opressões de gênero que persistem no campo agroecológico.

O discurso das mulheres, muitas vezes, parece uma colcha de retalhos. Gênero e agroecologia, mulheres na agroecologia e feminismo na agroecologia, são termos frequentemente utilizados com um único objetivo: dar visibilidade ao trabalho e ao protagonismo feminino. São termos que indicam resistência feminina. Eles representam uma fragmentação de formas de tratamento do feminismo na agroecologia. As mulheres estão bradando “Sem feminismo não há agroecologia” como uma forma de serem ouvidas e de abrir espaço, para discussão e temas sensíveis às mulheres, numa sociedade em que o patriarcado dita as normas e o machismo é a regra. Para elas, é preciso uma série de “batalhas” para conquistarem permanentemente o direito de dizerem o que pensam, serem mulheres reconhecidas, partilhando vida, trabalho e agirem conforme as suas convicções. Com o relato das entrevistadas, podemos notar que o lugar que muitas mulheres conquistaram, de protagonistas da própria vida, não é assegurado *a priori*, pelo contrário, é conquistado com muita luta e resistência.

É importante destacar que nos movimentos de mulheres, o protagonismo é sempre feminino, pois são elas que vivenciam as opressões. Nesse contexto de luta, os coletivos e grupos de mulheres, são essenciais, pois se tratam de espaços onde elas encontram solidariedade das companheiras de luta, apoio mútuo e podem avançar no debate da participação feminina. Lugones (2014) ressalta a impossibilidade de resistir à colonialidade sozinha, é no coletivo que as mulheres se fortalecem, juntando-se às suas companheiras de luta que também resistem a diferença colonial.

Ao dar visibilidade a discursos de mulheres que enfrentam e constroem respostas à colonialidade, este estudo busca fortalecer as possibilidades e alternativas para mulheres que se veem solitárias e sem perspectiva, bem como para organizações que lutam por seus direitos. Além disso, há a contribuição teórica que a abordagem decolonial latino-americana proporciona para os estudos organizacionais tendo em vista que os estudos decoloniais não elencam os velhos problemas enfrentados pelos países latino-americanos, mas são novas lentes para visualizar esses mesmos problemas (BALESTRIN, 2013).

Esta pesquisa possui como limitação o fato de ter sido realizada apenas com mulheres que fazem parte da coordenação da ANA e da ABA, não tendo sido possível realizar entrevistas com agricultoras. Além disso, também se limita pelo fato de que as mulheres ouvidas estão ou estiveram vinculadas a grupos da região Sudeste do Brasil, não contemplando discursos e discursividades de experiências agroecológicas de outras regiões. Para trabalhos futuros sugerimos: que a pesquisa seja estendida às agricultoras que estão desenvolvendo experiências de base agroecológica, principalmente vinculadas a experiências agroecológicas de diferentes regiões do Brasil; que seja estendida aos homens, com o intuito obter a visão deles acerca desse fenômeno do feminismo na agroecologia e também que seja realizada em outros países da América Latina.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. 2018. Curta do IV ENA. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Za6JH4B7OPY>>. Acesso em 20 de março de 2020.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta política do II Encontro Nacional de Agroecologia**. Recife: ANA, 2006.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta política do III Encontro Nacional de Agroecologia**. Juazeiro: ANA, 2014.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Sem feminismo não há agroecologia! Carta das mulheres no ENA**. 2014. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/2014/05/19/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia-carta-das-mulheres-no-ena/>. Acesso em 03 de junho de 2020.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta política do IV Encontro Nacional de Agroecologia**. Belo Horizonte: ANA, 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010. 281 p.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.

CÀLAS, B.; SMIRCICH, L. From “the woman’s” point of view: feminist approaches to organizations studies. In: CLEGG, S. et al. **Handbook of organization studies**. London: Sage, 1996.

CARDOSO, E. M.; RODRIGUES, V. S. Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil. **Revista Agriculturas**, v. 6, n. 4, 2009.

CASTRO, A. M.; MACHADO, R. C. F. Movimento feminista no Brasil e América Latina: reflexões sobre educação e mulheres. **Revista Contrapontos**, v. 16, n. 1, p. 22-39, 2016.

FONTOURA, Y.; NAVES, F. Movimento Agroecológico no Brasil: a Construção da Resistência à Luz da Abordagem Neogramsciana. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 77, 2016.

FERREIRA, A. P. L. Agricultoras do pajeú: feminismo e agroecologia no semiárido brasileiro. **Revista Pegada**, v. 17, n. 1, 2016.

GARCÍA, V. V. Género, medio ambiente y desarrollo sustentable: reflexiones teóricas y metodológicas. In: GARCIA, Veronica Vazquez (Org.). **Género, sustentabilidad y cambio social en el México rural**. México: Colegio de Postgraduados, 1999.

GALVANI, G. 1,2 milhão de mulheres sofreram violência entre 2010 e 2017, diz levantamento. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/12-milhao-de-mulheres-sofreram-violencia-entre-2010-e-2017-diz-levantamento/>> Acesso em 25 maio de 2020.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. IBGE, Rio de Janeiro, 2006. 777p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017. Resultados Definitivos**. 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html>. Acesso em 26 de março de 2020.

JALIL, L. M. **As flores e os frutos da luta: o significado da organização e da participação política para as mulheres trabalhadoras rurais**. 2013. 206p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) –Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

LANDER, E. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 21-53.

- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de n concepto. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- MIGNOLO, W. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternizados e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324, 2008.
- MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Argentina: Ediciones Del Signo, 2010.
- MIGNOLO, W. Decolonialidade como o caminho para a cooperação. **IHU online - Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, v. 431, p. 21-28, 2013.
- NESKE, M. Z. **Colonialidade e Desenvolvimento: a ressignificação do lugar em “zonas marginalizadas” no sul do Rio Grande do Sul**. 2014. 160p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- NOBRE, M. et al. **Gênero e Agricultura Familiar**. Cadernos Sempreviva – Gênero e Agricultura Familiar. SOF, 1998.
- ONU. **Mulheres rurais devem ter mais acesso à terra para erradicar a fome na América Latina e Caribe**. 2015. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/mulheres-rurais-devem-ter-mais-acesso-a-terra-para-erradicar-a-fome-na-america-latina-e-caribe/>
- PACHECO, M. E. L. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Agriculturas. Experiências em Agroecologia**, v. 6, n. 4, p. 2009.
- PALUDI, M.I. et al. **Cruzando fronteras: the contribution of a decolonial feminism in organization studies**. In: 6TH Latinamerican and European Meeting on Organization Studies - Viña del Mar, Chile, 2016.
- PRÉVOST, H.; ESMERALDO, G. G. S. L.; GUÉTAT-BERNARD, H. **Il n'y aura pas d'agroécologie sans féminisme: l'expérience brésilienne**. Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 5, n. 2, p. 76-85, mai/ago 2014
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e America Latina. In: LANDER, E.(org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, cap. 10, p. 107-130
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y Claficiación Social. In: CLÍMACO, D. A. (Org.) Cuestiones y Horizontes: de la dependencia historico-estrutural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014, p. 285-327.
- SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 291p. Tese
- SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: 351 p. 2015.
- VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, n. 44, p. 203-220, 2014.